

# Semana difícil para Sarney, na economia e na política também

Andrei Meireles

O presidente José Sarney enfrentará esta semana uma série de complicações políticas e econômicas que podem definir o destino de seu Governo.

Na área econômica, decidirá as medidas para reduzir o déficit público. Caso ainda opte pelo congelamento da URP para os servidores civis e militares, terá problemas com as Forças Armadas, além da praticamente certa demissão do ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho. Se ceder a essas pressões, colocará na berlinda seus ministros econômicos — Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu.

Ainda dentro do Governo, Sarney decidirá se demite ou não o presidente do Inamps, Hélio Cordeiro, transferindo o órgão da Previdência para o Ministério da Saúde. O preço disto pode ser a demissão do ministro Renato Archer, que seria acompanhado em sua saída por mais dois ministros — Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia.

Estaria, portanto, antecipado o rompimento entre o PMDB e o Governo.

## Sistema

Os problemas presidenciais não param aí. Na Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães quer votar esta semana o sistema de Governo e a duração dos mandatos presidenciais permanentes. Pelo menos, a disputa entre parlamentarismo e presidencialismo deve se processar. Uma eventual vitória do parlamentarismo será uma dura derrota política para Sarney.

Em relação ao mandato, a aprovação dos quatro anos na parte permanente do Projeto de Constituição, praticamente liquidaria, por antecipação, as chances de uma vitória dos cinco anos nas Disposições Transitórias. A coordenação política do Planalto sabe disto e lamenta a coincidência das divergências internas no Governo devido à necessidade de adoção de medidas na área econômica com votações da maior importância na Constituinte. A alternativa é trabalhar para o adiamento das votações, mas isto coloca o Planalto em rota de colisão com o deputado Ulysses Guimarães, que não abre mão de acelerar os trabalhos constituintes.

Na sexta-feira passada, após uma semana de muita tensão e nenhuma decisão dentro do Governo, o presidente José Sarney recuou em sua estratégia de usar o programa semanal «Conversa ao Pé do Rádio» para confrontar a Constituinte. Isto serviu para esfriar a temperatura política, mas os problemas persistem. Só foram adiados para esta semana.

## Contradições

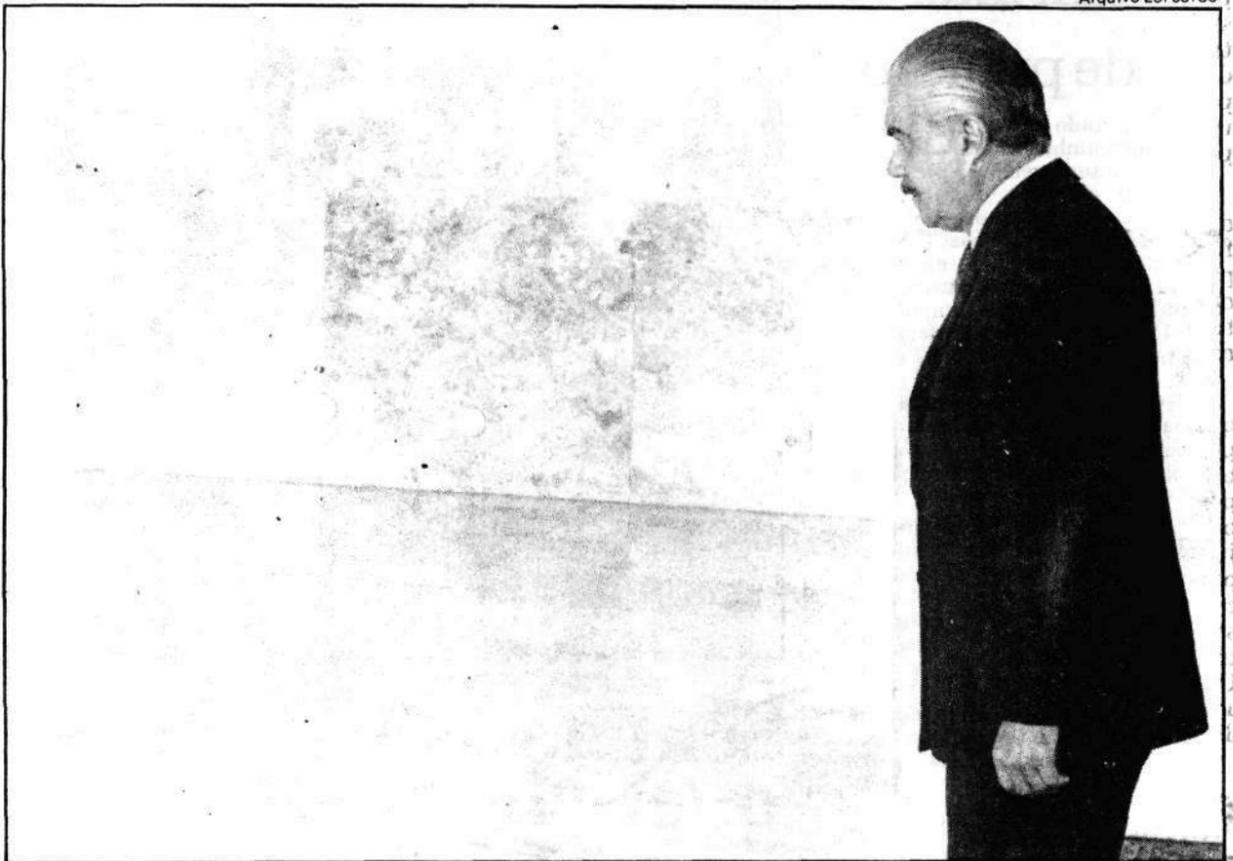
As informações sobre a disposição de Sarney são contraditórias. Setores do Governo apostam na tática de endurecimento. Ou, como diz o prefeito Jânio Quadros, que esteve terça-feira passada com o presidente, Sarney «dará muros na mesa». Mas, há quem diga no Governo e na Constituinte que não é intenção de Sarney agravar a crise política.

Na realidade, parece que ele tem oscilado entre essas duas posturas. A alguns interlocutores revela sua determinação de enfrentar a Constituinte e a outros sua disposição ao entendimento: nesta semana, quando necessariamente terá de tomar algumas decisões, ficará clara a sua opção.

## Cresça fará debate sobre Constituinte

O movimento «De olho na Constituinte», integrado por brasileiros que participaram da campanha pelas Diretas já, em 1984 e promoveram várias manifestações como o Dragão das Diretas, realizará todas as quartas-feiras até o dia 6 de abril, debates sobre «Imprensa, Constituinte e Conjuntura Política», sempre às 20h30, no CRESCA, na 902 Sul.

O ciclo de debates terá início no próximo 9 e tem como objetivo realimentar a campanha pelas eleições diretas em 88 e defender também a realização de uma Constituinte livre e democrática. Os debates serão promovidos com a presença de jornalistas convidados para explicarem os bastidores da Constituinte, além de detalharem a cobertura dos trabalhos na Assembleia, entre outros temas políticos do momento.



O presidente Sarney tomará decisões graves que influenciarão a estabilidade de seu governo

## Preocupação com "país real"

Mercondes Sampaio

Enquanto o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, concentra todas as suas atenções e atividades na ideia de apressar a promulgação da nova Carta, cresce entre outras lideranças políticas a preocupação com o chamado "País real" e, de modo especial, com o agravamento da crise econômica-social e financeira. Para atenuar os efeitos dessa crise, inclusive sobre o processo político, figuras como o presidente do Senado, Humberto Lucena; o governador de Goiás, Henrique Santillo; e o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, passaram a se dedicar, nos últimos dias, à ideia de formulação de um "programa mínimo" de Governo para o que resta da administração Sarney.

Coincidentemente, os três são defensores de um mandato de cinco anos para Sarney. Mas, nos seus pronunciamentos e declarações, procuram dissociar a proposta do programa mínimo dessa questão do mandato. O que os três enfatizam é a necessidade de se buscar soluções que livrem o País de uma situação de ingovernabilidade, ou de convulsão social, tal a gravidade do quadro econômico e as dificuldades do Tesouro.

Lucena procura os presidentes de todos os partidos para buscar apoio ao programa. Santillo saiu na frente, conversando, quarta-feira passada com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Passarinho também já vem conversando informalmente com representantes de diferentes partidos, e na última sexta-feira divulgou um manifesto em que adverte aos parlamentares para evitarem que a futura Constituição aprove normas que representem "oportunistas demagógicos e irrealismo utópico, suscetíveis de tornar a Nação ingovernável".

O texto não faz referência específica ao problema econômico-social, mas essa advertência quanto ao irrealismo e à ingovernabilidade é sintomática, levando em conta a reação que vem ocorrendo em áreas conservadoras — es-

pecialmente no empresariado — contra as últimas decisões da Constituinte, que ampliaram as conquistas dos trabalhadores.

Na realidade, Passarinho chegou a declarar que o manifesto por ele liderado "pode ser ponto de partida" para a discussão de uma proposta de programa mínimo no campo econômico-social.

## Ceticismo

A ideia do programa mínimo contudo, tende a enfrentar resistências no Congresso, especialmente se a Constituinte aprovar a adoção do sistema parlamentarista, contra o qual reagem o PDT e o PT. Isso tenderia a afastar os dois partidos de qualquer diálogo com o atual Governo, realimentando, ao contrário a linha oposicionista dessas legendas.

Embora o senador Humberto Lucena já tenha marcado um encontro, no Rio, com o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, o líder desse partido na Câmara, Brandão Monteiro, demonstrou, ontem, recusar a proposta do programa mínimo. A seu ver, "os graves problemas econômicos e sociais enfrentados pelo País" somente poderão ser solucionados de forma estrutural, e não paliativa, por um governo legítimo, que resulte do voto popular.

O senador peemedebista José Richa também se mostra cético quanto à viabilidade do programa mínimo, observando que essa ideia será ainda mais impraticável se tiver de passar por uma negociação em torno do mandato do presidente Sarney. Afinal, acentua, essa é a questão que gerou toda a situação de confronto entre a Constituinte e o Governo, parecendo-lhe difícil reverter a posição inflexível que muitos parlamentares já assumiram, pela redução do mandato de Sarney para quatro anos.

Outro cético é o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi. Ele acha que agora "já não há clima nem para colocar políticos de diferentes tendências numa mesma mesa, quanto mais para aprofundar negociações em torno de um programa de governo".

## Golpe: "De nenhuma cor"

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, continua favorável à tese de manutenção do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e revelou-se surpreendido com as notícias sobre um pretensão "golpe branco", destinada a favorecer a permanência do chefe do Governo por seis anos.

"Não existe golpe branco, nem preto, nem amarelo", e, como todos os demais ministros, defende o mandato de cinco anos, "mas acho que essa questão deverá ser definida na Constituinte", comentou.

Para ele mais importante até que a questão do mandato e sua duração é a problemática de sistema de governo, que já entra

na pauta da Assembleia Constituinte nas próximas semanas. Se a Constituinte definir pelo sistema parlamentarista, a questão do mandato já fica influenciada, adiantou Moreira Lima.

De qualquer forma, o ministro acredita que, "apesar de estarmos vivendo uma das fases mais difíceis do País, e apesar do embate havido entre o Executivo e a Constituinte, haverá consenso entre os dois lados".

Lembrando a problemática existente até a semana passada colocando em lados opostos o Executivo e o Legislativo, o ministro comentou que não considera ter havido ataque do Palácio do Planalto contra o Congresso.

## No PFL, nome de Ermírio já complica

Os contatos de parlamentares do PFL com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, com objetivo de detectar sua disposição para disputar a Presidência da República, provocaram ontem o protesto da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que alegou não haver o partido feito qualquer consulta à bancada para iniciar essas conversações. Sandra disse que já "advertiu" os parlamentares que estiveram na última semana com Ermírio no sentido de que eles "parem de falar" em nome do partido enquanto não houver uma deliberação da bancada que autorize esses contatos como sendo do PFL.

"Presumo que sejam contatos individuais, pois eu não fui consultada", protestou a parlamentar, que faz restrição a Ermírio, sobretudo por ser um candidato comprometido com o presidencialismo, que não poderia encontrar ressonância, portanto, junto à parcela do PFL que defende o parlamentarismo. A esse respeito, Sandra Cavalcanti disse haver "estranhado" a presença, no grupo que foi conversar com Ermírio, de parlamentaristas como o deputado Aleni Guerra (PR), entre outros. "Até me espantei", disse ela.

"Ermírio não conta com a minha simpatia nem com o meu apoio", disse a parlamentar pefelista, que não fez as mesmas restrições ao nome do ministro Aureliano Chaves, tido como o virtual candidato do partido à Presidência da República e que também é presidencialista. A deputada disse que, embora lamente esse fato, considera Aureliano "mais sábio", pois tem evitado falar em candidatura até que seja decidida a forma de governo. "Aureliano tem dito que não concorda se o sistema for parlamentarista. Não é afobado nem imprudente. Não está atropelando os fatos", reclamou a deputada.

## Certeza

Antônio Ermírio de Moraes também ainda não se declarou oficialmente candidato, apesar dos protestos de Sandra Cavalcanti. De qualquer modo, os parlamentares do PFL que estiveram com ele saíram convictos de que sua candidatura é praticamente certa. Ermírio, que está desligado do PTB, aguarda também o pronunciamento da Constituinte sobre forma de governo, pois não estaria disposto a concorrer, a exemplo de Aureliano, se for aprovado o parlamentarismo. Os contatos com o empresário se fazem em função exatamente de ele estar atualmente sem partido e ser considerado um candidato forte, de tendência centro-direitista. As notícias de que Aureliano Chaves poderia aceitar ser candidato a vice numa chapa com Ermírio chegaram a irritar o ministro, mas os contatos entre os dois possíveis candidatos prosseguem, por intermédio do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), um dos principais incentivadores da candidatura Ermírio.